

Os Desafios do governo Dilma Rousseff

Homero de Oliveira Costa

Há uma compreensiva expectativa em relação ao governo Dilma Rousseff. O que podemos esperar? A presidente vai se comportar como um “preposto” de Lula ou tentará imprimir uma marca própria à frente do governo?

Pessoalmente, creio nessa segunda hipótese.

A presidente herda um dos governos mais bem avaliados da história republicana, com altos índices de popularidade, que se deve, não apenas ao enorme talento oratório de Lula – reconhecido até mesmos pelos seus adversários – com pelos avanços nos chamados programas sociais, especialmente quando comparados aos do governo anterior.

No entanto, em que pese alguns avanços um (brevíssimo) balanço dos oito anos de governo Lula releva que ainda há muito que fazer. Dilma afirmou que uma das metas a ser alcançada pelo país no seu governo será a erradicação da miséria extrema, estendendo o alcance do Bolsa-Família. Este deve ser um dos grandes desafios do seu governo.

Qual o seu alcance do Programa Bolsa-Família que para muitos analistas foi fator fundamental para a eleição de Dilma Rousseff? O programa concede um benefício de R\$ 68,00 para famílias com renda per capita até R\$ 70,00 e um extra de R\$ 22,00 por filho entre 6 e 15 anos, até um limite de três filhos, e mais R\$ 33,00 por jovem entre 15 e 17 anos, até o limite de dois. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social indica que, em 2008, ainda havia 8,9 milhões de miseráveis, mesmo com a queda de 12% para 4,8% do percentual da pobreza extrema entre 2003-2008.

Dado mais recente do Ministério do Desenvolvimento Social indica que há 12,7 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa, (50,5% são do Nordeste) e destas, 7,4 milhões (58%) tem renda familiar de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 o que significa afirmar que ainda são milhões de famílias na faixa de extrema pobreza.

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a pobreza extrema persiste no Brasil por dois motivos básicos: Primeiro, o valor do benefício pago pelo programa Bolsa-Família é muito baixo para a superação da pobreza – embora represente uma melhoria na situação das famílias atendidas. Segundo é que nem todos os pobres são atendidos pelo programa. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social 750 mil famílias que têm renda per capita entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 não recebem benefícios por não terem filhos em idade escolar.

Assim, estender o programa será fundamental para a diminuição da pobreza extrema. Em relação a outras áreas, há também muito o que fazer. Basta considerar três áreas básicas: Saúde, Segurança e Educação. Sobre a saúde, é só verificar a situação dos hospitais públicos e o atendimento às pessoas mais pobres (entre muitos exemplos, ver nesse sentido, a excelente matéria do repórter Isaac Lira sobre o Hospital Santa Catarina, na Zona Norte de Natal, publicada na Tribuna do Norte no dia 12 de dezembro). O que se avançou nesse sentido em oito anos do governo Lula?

Na segurança, idem e quanto à educação, uma pesquisa divulgada há pouco, aplicada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), através do PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Alunos) que mediu o conhecimento de alunos de até 15 anos em 65 países, revelou a péssima qualidade da educação no Brasil (e do Rio Grande do Norte em particular). Entre 65 países, o Brasil ficou em 53º, abaixo de vários países da América do Sul e o RN foi o 3º pior estado por média do país, ultrapassando apenas os estados de Alagoas e Maranhão. Comparado a pesquisa anterior, houve um pequeno avanço, mas como disse alguém, o ensino no Brasil passou de desastrado para muito ruim...

Não houve avanços significativos em relação às reformas estruturais no Governo Lula. Como disse José Arbex, Lula atuou como um (eficiente) bombeiro da luta de classes no Brasil. Não fez reforma agrária. João Pedro Stédile afirmou que o governo Lula foi de composição de classes que “adotou uma política que agradou gregos e troianos. Ou seja, ele, com sua política econômica, beneficiou os banqueiros, os grandes grupos transnacionais, e, ao mesmo tempo, fez políticas de assistência social, como o Bolsa Família,

Prouni, a valorização do salário mínimo, aumentou os recursos para o Pronaf, o que atendeu a uma parcela mais pobre da sociedade brasileira. Agora, em relação à reforma agrária e à pequena agricultura, o governo Lula ficou em dívida.”

Também não houve avanços em relação à democratização dos meios de comunicação - a mídia brasileira continua concentrada e controlada por uns poucos grupos familiares. Nem tampouco houve a prometida reforma política, “mãe de todas as reformas”.

Será diferente no governo Dilma Rousseff? Ela inicia o governo com ampla maioria no Congresso, mas, mesmo antes de iniciar, já vimos que há distância entre intenção e gesto. Segundo o presidente do PT, José Eduardo Dutra, a presidente eleita escolherá os ministros de seu governo usando critério técnico.

No entanto, o anúncio dos ministérios pouco depois, deixou claro o papel dos partidos aliados, PMDB à frente. A base de apoio não apenas é heterogênea, como fisiológica e isso significa afirmar que, para aprovar qualquer coisa no Congresso terá que negociar à base da nossa velha conhecida política clientelista. Ou não?

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br